

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021



Cooperfarms

COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA

Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração das sobras
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Demonstração do valor adicionado
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores

Cooperados e Administradores

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

Luís Eduardo Magalhães/BA

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia (“Cooperativa”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos descritos no item “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

- (i) **Ausência de registros de variações cambiais e juros por competência** – Conforme mencionado na nota explicativa 17, sobre encargos financeiros líquidos, a Cooperativa possui saldos em aberto de operações contratadas em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) em que o reconhecimento contábil das eventuais variações cambiais vem sendo feito em regime de caixa. Em nossa opinião, o mais apropriado seria o registro destas variações de valor pelo regime de competência. Não nos foi possível apurar o efeito que tais variações cambiais passivas e ativas teriam sobre as sobras do exercício e o patrimônio líquido da Cooperativa, caso fosse adotado este reconhecimento em regime de competência.
- (ii) **Demonstrações financeiras comparativas** – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, visando aprimorar a sua convergência aos padrões contábeis vigentes no Brasil, aprimorou as suas práticas para divulgação de relatórios financeiros, passando reconhecer os direitos e obrigações por arrendamentos (nota explicativa 9, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC – 06, vigente desde 2019) e a dar o tratamento de forma segregada entre vendas para entrega futura e adiantamentos recebidos de clientes (nota explicativa 12). Em nossa opinião, para a melhor comparabilidade entre as datas-bases apresentadas, o mais apropriado seria que as demonstrações financeiras do exercício comparativo fossem reapresentadas com a adoção dos mesmos procedimentos contábeis, conforme o Pronunciamento Técnico CPC – 23.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

- (iii) **Interpretação sobre classificação entre receitas ou ingressos** – Baseada na opinião de assessores jurídicos, conforme mencionado na nota explicativa 14 (sobre ingressos, receitas, dispêndios e custos de mercadorias e serviços), a Cooperativa passou a tratar, neste exercício, as receitas auferidas pela intermediação de compras de insumos para seus associados (R\$ 15,7 milhões em 2021) como ingressos por atos cooperados. Também sob a chancela de assessores jurídicos, a Administração optou por reconhecer os dividendos recebidos da CCAB Participações S/A (R\$ 3,9 milhões em 2021, conforme nota explicativa 16, sobre outros ingressos e dispêndios operacionais) como ingressos por atos cooperados. Conforme análises da Administração da Cooperativa, com base nos entendimentos apresentados pelos seus assessores jurídicos, existe amparo legal suficiente para que esta interpretação seja sustentável. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

- (iv) **Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das suas demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 15 de março de 2022.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O

Dario Suzuki, Sócio
Contador, CRC-MT 006444/O-7

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

Balço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

| Contas | Nota | 2021 | 2020 | Contas | Nota | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|------|---------------|---------------|-------------------------------------|-----------|---------------|---------------|
| Ativo | | 88.958 | 35.259 | Passivo e patrimônio líquido | | 88.958 | 35.259 |
| Circulante | | 84.581 | 34.026 | Circulante | | 57.806 | 24.948 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 14.061 | 7.585 | Obrigações trabalhistas | - | 760 | 689 |
| Contas a receber | 5 | 7.012 | 1.194 | Obrigações fiscais | - | 374 | 728 |
| Contas a receber de cooperados | 6 | 10.939 | 2.495 | Fornecedores | 10 | 34.897 | 13.107 |
| Estoques | 7 | 50.728 | 21.883 | Obrigações com cooperados | 11 | 3.725 | 457 |
| Impostos a recuperar | - | 1.307 | 334 | Adiantamentos de clientes | 12 | 17.353 | 4.241 |
| Outros créditos | - | 534 | 535 | Arrendamentos a pagar | 9 | 401 | - |
| | | | | Venda para entrega futura | - | - | 5.702 |
| Não circulante | | 4.377 | 1.233 | Outras obrigações | - | 296 | 24 |
| Investimentos | 8 | 2.419 | 795 | | | | |
| Direitos de uso | 9 | 1.149 | - | Não circulante | | 637 | - |
| Imobilizado | - | 807 | 434 | Arrendamentos a pagar | 9 | 637 | - |
| Intangível | - | 2 | 4 | | | | |
| | | | | Patrimônio líquido | 13 | 30.515 | 10.311 |
| | | | | Capital social | - | 483 | 670 |
| | | | | Reservas de sobras | - | 18.798 | 7.450 |
| | | | | Sobras a disposição da Assembleia | - | 11.234 | 2.191 |

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

Demonstração das sobras, em milhares de Reais

Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

| Contas de resultado | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|----------------|----------------|
| Ingressos e receitas líquidas | 14 | 346.132 | 180.626 |
| Dispêndios e custos das mercadorias e serviços | 14 | (321.289) | (167.962) |
| Sobras e lucro bruto | | 24.843 | 12.664 |
| Dispêndios e despesas operacionais | 15 | (7.426) | (8.235) |
| Pessoal | - | (5.180) | (4.339) |
| Administrativos | - | (2.115) | (3.683) |
| Tributários | - | (131) | (213) |
| Outros ingressos e dispêndios operacionais | 16 | 3.363 | (833) |
| Sobras e lucro operacional | | 20.780 | 3.596 |
| Encargos financeiros líquidos | 17 | 1.802 | 86 |
| Ingressos financeiros | - | 2.560 | 1.126 |
| Dispêndios financeiros | - | (758) | (1.040) |
| Sobras e prejuízo antes da reversão da Rates | | 22.582 | 3.682 |
| Utilização da Rates no exercício | - | 558 | - |
| Sobras e prejuízo do exercício | | 23.140 | 3.682 |
| <u>Destinações legais e estatutárias:</u> | | | |
| Prejuízos com atos não cooperativos | 13 | 1.142 | 419 |
| Rates sobre atos cooperativos | 13 | (1.186) | (205) |
| Reserva legal | 13 | (11.862) | (2.051) |
| Sobras a disposição da Assembleia | | 11.234 | 1.845 |

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

| Histórico | Capital social | Reservas de sobras | | Sobras a disposição da Assembleia | Patrimônio líquido |
|---|----------------|--------------------|---------------|-----------------------------------|--------------------|
| | | Rates | Reserva legal | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 687 | 698 | 5.261 | 1.865 | 8.511 |
| Distribuição das sobras conforme AGO (18/08/2020) | - | - | - | (1.865) | (1.865) |
| Ingressos de cooperados | 24 | - | - | - | 24 |
| Desligamentos de cooperados | (41) | - | - | - | (41) |
| Sobras e prejuízo do exercício | - | - | - | 3.682 | 3.682 |
| Estorno da utilização do Rates | - | (345) | - | 345 | - |
| <u>Destinações legais e estatutárias:</u> | | | | | |
| Rates sobre atos cooperados – 5% | - | 205 | - | (205) | - |
| Reserva legal – 50% | - | - | 2.051 | (2.051) | - |
| Compensação dos prejuízos com terceiros com reserva legal | - | - | (419) | 419 | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 670 | 558 | 6.892 | 2.190 | 10.311 |
| Distribuição das sobras conforme AGO (31/03/2021) | - | - | - | (2.190) | (2.190) |
| Ingressos de cooperados | 20 | - | - | - | 20 |
| Desligamentos de cooperados | (207) | - | - | - | (207) |
| Sobras e prejuízo do exercício | - | - | - | 23.140 | 23.140 |
| Utilização da Rates | - | (558) | - | - | (558) |
| <u>Destinações legais e estatutárias:</u> | | | | | |
| Rates sobre atos cooperados – 5% | - | 1.186 | - | (1.186) | - |
| Reserva legal – 50% | - | - | 11.862 | (11.862) | - |
| Compensação dos prejuízos com terceiros com reserva legal | - | - | (1.142) | 1.142 | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 483 | 1.186 | 17.612 | 11.234 | 30.515 |

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais

Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

| Movimentação de caixa | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Atividades operacionais | | |
| Sobras e prejuízo do exercício | 22.582 | 3.682 |
| Conciliação das sobras e lucros ao caixa operacional | | |
| Depreciação | 491 | 156 |
| Ajuste a valor presente | 101 | (101) |
| Baixa de intangível | 2 | 2 |
| Valor residual da baixa do imobilizado | - | 5 |
| Perdas esperadas com créditos | - | 102 |
| Varição nos ativos e passivos operacionais | | |
| Contas a receber | (5.818) | 12.031 |
| Contas a receber de cooperados | (8.444) | (523) |
| Estoques | (28.946) | (11.043) |
| Outros créditos | 1 | (76) |
| Impostos a recuperar | (973) | 6 |
| Despesas antecipadas | - | - |
| Fornecedores | 21.790 | 1.482 |
| Obrigações com cooperados | 3.268 | (101) |
| Obrigações trabalhistas | 71 | 140 |
| Obrigações fiscais | (354) | (178) |
| Outras obrigações | 272 | (177) |
| Adiantamentos de clientes | 13.112 | 2.217 |
| Venda para entrega futura | (5.702) | (3.549) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 11.453 | 4.075 |
| Atividades de investimento | | |
| Direitos de uso | (111) | - |
| Aquisição de imobilizado | (864) | (122) |
| Aquisição de investimentos | (1.624) | (153) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | (2.599) | (275) |
| Atividades de financiamento | | |
| Ingressos de cooperados | 20 | 24 |
| Desligamentos de cooperados | (207) | (41) |
| Distribuição de sobras | (2.191) | (1.865) |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | (2.378) | (1.882) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 6.476 | 1.918 |
| Demonstração da variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 7.585 | 5.667 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 14.061 | 7.585 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 6.476 | 1.918 |

Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

Demonstração do valor adicionado, em milhares de Reais

Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

| Histórico | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| <u>Composição do valor adicionado a distribuir</u> | | |
| Ingressos e receitas líquidas | 369.003 | 187.213 |
| Ingressos e receitas | 373.477 | 187.664 |
| Devoluções, abatimentos e cancelamentos | (8.959) | (686) |
| Outros ingressos | 4.485 | 235 |
| Dispêndios das mercadorias vendidas | (324.035) | (172.557) |
| Dispêndios das mercadorias vendidas | (321.289) | (167.962) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e demais dispêndios | (2.746) | (4.595) |
| Valor adicionado bruto | 44.968 | 14.656 |
| Depreciação | (491) | (156) |
| Valor adicionado líquido | 44.477 | 14.500 |
| Valor adicionado transferido | 2.560 | 1.126 |
| Ingressos financeiros | 2.560 | 1.126 |
| Valor adicionado total a distribuir | 47.037 | 15.626 |
| <u>Distribuição do valor adicionado</u> | | |
| Pessoal | 4.669 | 3.874 |
| Remunerações | 3.851 | 3.661 |
| Encargos sociais (exceto INSS) | 775 | 171 |
| Outros benefícios | 43 | 42 |
| Impostos, taxas e contribuições | 19.028 | 7.030 |
| INSS sobre folha de pagamento | 511 | 465 |
| ICMS sobre vendas | 16.623 | 5.517 |
| Outros impostos e taxas | 1.894 | 1.048 |
| Dispêndios financeiros | 758 | 1.040 |
| Juros | 129 | 265 |
| Descontos concedidos | 112 | 177 |
| Demais dispêndios financeiros | 517 | 598 |
| Cooperados | 22.582 | 3.682 |
| Sobras e prejuízo do exercício | 22.582 | 3.682 |
| Valor adicionado distribuído | 47.037 | 15.626 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, em milhares de Reais

1. Contexto operacional

Constituída em 18 de agosto de 2008, a **Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia**, é uma sociedade cooperativa sob os termos da Lei 5.764/71, com sede e administração localizadas no município de Luís Eduardo Magalhães, estado da Bahia.

A Cooperativa tem por objetivo prestar serviços aos cooperantes, congregando agricultores de sua área de ação, realizando o interesse econômico dos mesmos, através das seguintes atividades: **(a)** promover a difusão da doutrina cooperativista e seus princípios ao quadro social, técnico e funcional da Cooperativa; **(b)** adquirir bens de consumo quer de fontes produtoras, quer de fontes distribuidoras, nacionais ou estrangeiras, fornecendo-os nas melhores condições possíveis ao seu quadro social, destinados ao desenvolvimento da atividade agropecuária; **(c)** adquirir em nome dos cooperados ou da Cooperativa, os insumos, máquinas, implementos, peças e acessórios destinados à atividade; **(d)** viabilizar a venda de produtos diretamente dos cooperados aos compradores; receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção dos seus cooperados, registrando suas marcas, se for o caso; **(e)** transportar insumos da atividade de seus cooperados; **(f)** produzir artigos destinados ao abastecimento dos seus associados por meio e processo de transformação, beneficiamento, industrialização ou embalagem; **(g)** prestar assistência tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos públicos ou privados atuantes no setor; **(h)** fornecer dados cadastrais dos cooperados aos potenciais fornecedores, quando autorizados pelos interessados; **(i)** difundir o potencial produtivo do quadro de cooperados para viabilizar melhores condições de negociação e preço; **(j)** agir junto às instituições financeiras a fim de gerar linhas de crédito em nome dos cooperados para possibilitar o financiamento do custeio de lavouras e investimentos dos mesmos; **(k)** atuar para formalização de negócios da área internacional, em importações e exportações; **(l)** identificar e contatar potenciais compradores no mercado internacional para melhoria das condições de preço e pagamento; **(m)** fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos cooperados ou que ainda estejam em fase de produção; **(n)** realizar cursos de captação cooperativista e profissional para o seu quadro social; **(o)** proporcionar, inclusive através de convênios, serviços jurídicos e sociais; **(p)** prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica cooperativa e/ou seus cooperados; **(q)** representar comercialmente fornecedores de insumos agrícolas necessários à atividade dos cooperados, a fim de melhorar as condições de aquisição dos produtos por estes, desde que a sua atuação restrinja-se somente para a realização de atos cooperativos.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, além da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em **15 de março de 2022**.

Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, quando aplicável, foram mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e moeda de apresentação – Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do seu principal ambiente econômico, o Real, que é sua moeda funcional. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas 5 e 6 sobre contas a receber e créditos com cooperados: Determinação da provisão para perdas de crédito esperadas, necessárias para cobrir eventuais perdas de recebíveis, com reflexos nos saldos a pagar.

- Nota explicativa 9 sobre direitos de uso: Avaliação do contrato de arrendamento no que se refere ao enquadramento deste para fins de registro dos direitos de uso.
- (b) **Estimativas:** As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal foram avaliadas e julgadas não relevantes pela Administração para fins destas demonstrações financeiras.
- (c) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Cooperativa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Condomínio usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 - Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: **(a) Ativos financeiros não derivativos:** A Cooperativa reconhece os recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Cooperativa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Cooperativa tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. **(a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos; **(a.2) Custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(c) Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Condomínio detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Contas a receber e créditos com cooperados – Estes valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, posteriormente acompanhados pelo custo amortizado, deduzidos de provisões para perdas de crédito esperadas, quando aplicável. São classificados no circulante quando vencíveis em até 1 ano.

3.4 Estoques – **(i)** Os **insumos agrícolas** são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. **(ii)** Os **adiantamentos a fornecedores e cooperados** são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, posteriormente amortizados quando de sua realização na entrega dos produtos. São classificados em estoque pela sua natureza (insumos e produtos agrícolas).

3.5 Fornecedores e obrigações com cooperados – São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, avaliados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivos circulantes quando se espera que sejam liquidados no período de até 1 ano.

3.6 Adiantamentos de clientes – São repassados por clientes e permanecem em aberto até a entrega efetiva dos produtos, apresentados em seu valor histórico.

3.7 Patrimônio líquido – As **cotas-partes do capital** são classificadas no patrimônio líquido a título de capital social, em seu valor histórico. As **reservas de sobras** também são apresentadas em valor histórico e constituídas conforme estatuto social e legislação vigente, além de deliberações dos seus associados.

3.8 Reconhecimento de ingressos/receitas e dispêndios/custos dos produtos e serviços – (i) Os **ingressos** compreendem o valor justo das vendas, são reconhecidos pela Cooperativa quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão à mesma e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, pelo regime de competência. (ii) Os **dispêndios das mercadorias vendidas e serviços prestados** são apurados pelo critério de custo médio de aquisição, reconhecidos em regime de competência.

3.9 Dispêndios operacionais – Representam os gastos relacionados as atividades administrativas da Cooperativa, portanto, distintos da operação, reconhecidos em conformidade com as condições de exigibilidade, em regime de competência.

3.10 Encargos financeiros líquidos – As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

3.11 Provisões – Quando aplicável, as provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Cooperativa possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, conforme riscos específicos da obrigação.

3.12 Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social apurados sobre os resultados positivos de atos não cooperativos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas para fins de cálculo são de 25% (15% normal e 10% a título de adicional acima de R\$ 240 mil de lucro) e 9%, respectivamente, para o imposto de renda e contribuição social.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são atualizadas com base na variação da taxa CDI, em percentuais variáveis de acordo com cada contrato, sem restrição de resgate.

| Caixa e equivalentes de caixa | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|---------------|--------------|
| Caixa | 1 | 2 |
| Bancos conta movimento | 455 | 1.470 |
| Aplicações financeiras | 13.605 | 6.113 |
| Saldos, em R\$ mil | 14.061 | 7.585 |

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber representa os valores a receber pelas vendas efetuadas às tradings e outros clientes. As eventuais variações cambiais incorridas sobre os valores a receber são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos títulos, portanto, em regime de caixa. Do valor total a receber em aberto nesta data-base, R\$ 988 mil se referiam a operações firmadas em moeda estrangeira (US\$ 177 mil).

| Contas a receber | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| Clientes | 7.413 | 1.547 |
| Perdas esperadas com créditos | (401) | (320) |
| Ajuste a valor presente | - | (33) |
| Saldos, em R\$ mil | 7.012 | 1.194 |

| Principais clientes | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| CCAB Agro S/A | 3.689 | - |
| Zhongshan Química do Brasil Ltda. | 964 | - |
| Companhia Industrial Cataguases | 810 | - |
| Algodoeira Ouro Branco Ltda. - EPP | 776 | - |
| Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. | 521 | 283 |
| Monte Alegre Fios Ltda. - ME | - | 541 |
| Outros | 652 | 723 |
| Saldos, em R\$ mil | 7.412 | 1.547 |

Conforme análises da Administração, levando em conta o histórico de recebimentos das suas vendas, as perspectivas de inadimplência são constantemente monitoradas, sendo que os valores provisionados de perdas esperadas são considerados adequados para esta data-base.

| Contas a receber por vencimento | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|--------------|--------------|
| A vencer | 73 | 1.045 |
| A vencer até 30 dias | 23 | 1.045 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 8 | - |
| A vencer de 61 a 90 dias | 8 | - |
| A vencer de 91 a 180 dias | 34 | - |
| Vencidos | 7.340 | 502 |
| Vencidos até 30 dias | 6.575 | - |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 765 | 502 |
| Saldos, em R\$ mil | 7.413 | 1.547 |

6. Contas a receber de cooperados

Referem-se aos saldos a receber de associados pelas vendas de insumos, repasses financeiros e outros valores de reembolso, atualizados a valor justo, quando aplicável.

Os saldos apresentados sob a rubrica de vendas para entrega futura, para a data-base de 31 de dezembro de 2020, foram classificados no passivo circulante, sendo que para 2021, visando uma apresentação mais adequada, foram transferidos como conta redutora do ativo.

| Principais cooperados | 2021 | 2020 |
|---|---------------|--------------|
| Ubiratan Francisco Franciosi | 2.107 | - |
| Norberto Vicenzi | 1.608 | - |
| Samuel Vieira Coutinho dos Santos | 1.460 | 303 |
| Alceu Ademar Vicenzi | 1.359 | - |
| Ulisses Vieira Coutinho dos Santos | 992 | 304 |
| Sandro Zancanaro | 900 | - |
| Agroservice Comercial Agrícola e Serviços | 833 | - |
| Egídio Dal Molin | 675 | - |
| Marcelo Leomar Kappes | 652 | 329 |
| Strobel S/A Agricultura e Pecuária | 581 | 21 |
| Paulo Peteck | 573 | - |
| Odacil Ranzi e Outros | 573 | - |
| Outros cooperados | 4.576 | 1.538 |
| Vendas para entrega futura | (5.950) | - |
| Saldos, em R\$ mil | 10.939 | 2.495 |
| Cooperados por moeda | 2021 | 2021 |
| Real | (187) | 1.300 |
| Dólar | 11.126 | 1.195 |
| Saldos, em R\$ mil | 10.939 | 2.495 |

7. Estoques

Os estoques são compostos por defensivos destinados a venda aos cooperados, mantidos em armazéns próprios. Os estoques de terceiros são mercadorias já faturadas aos cooperados que, por conveniência, ainda se mantêm na Cooperativa, a qual cobra uma taxa mensal de R\$ 2.750,00 por box (cada box possui 24 posições *pallets*) para este fim.

O total de adiantamentos a fornecedores em 2021 (R\$ 15.939 mil) é formado, principalmente, por valores repassados a Fertipar Fertilizantes do Nordeste (R\$ 11.428 mil) e Syngenta Proteção de Cultivos (R\$ 1.002 mil).

| Estoques | 2021 | 2020 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Estoques de produtos | 34.789 | 12.298 |
| Mercadorias para revenda | 34.789 | 12.457 |
| (-) Ajuste a valor presente | - | (159) |
| Estoques de terceiros | 110.085 | 86.962 |
| (-) Estoque de terceiros | (110.085) | (86.962) |
| Adiantamentos realizados | 15.939 | 9.585 |
| Adiantamentos a fornecedores | 15.939 | 9.585 |
| Saldos, em R\$ mil | 50.728 | 21.883 |
| Estoques de insumos | 2021 | 2020 |
| Herbicidas | 14.613 | 7.839 |
| Sementes | 13.235 | 4.459 |
| Inseticidas | 5.316 | - |
| Fungicidas | 1.625 | - |
| Outros | - | 159 |
| Saldos, em R\$ mil | 34.789 | 12.457 |

8. Investimentos

A participação da Cooperativa no capital social da investida CCAB Participações S/A é de 1%, sendo que esta participa do capital da CCAB Agro Ltda., um player do segmento de insumos químicos para agricultura que tem os próprios

associados entre seus grandes clientes. Conforme acordo de acionistas firmado, a Cooperativa é responsável, até o limite do seu investimento na CCAB Participações S/A, por eventual inadimplência de seus cooperados. Periodicamente, a CCAB Agro Ltda. informa a posição financeira dos associados da Cooperativa para que a sua Administração possa avaliar a necessidade de previsão de perdas.

A Cooperativa também possui participação no capital social da investida Imbuia Agropecuária Ltda., sendo que em 31 de dezembro de 2021 esta participação era de 16%, não tendo apresentado movimentação no exercício.

| Investimentos | 2021 | 2020 |
|---------------------------|--------------|------------|
| CCAB Participações S/A | 2.036 | 412 |
| Imbuia Agropecuária Ltda. | 352 | 352 |
| Sicredi | 31 | 31 |
| Saldos, em R\$ mil | 2.419 | 795 |

9. Direitos de uso e Arrendamentos a pagar

A Cooperativa passou a adotar a prática de reconhecimento dos aluguéis e arrendamentos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 06/R1 Arrendamentos, considerando o registro dos saldos finais na data-base de 31 de dezembro de 2021.

Trata-se do aluguel do imóvel onde está localizada a sede administrativa e o armazém de insumos da Cooperativa, situado na cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, o qual foi renovado em 05/2017 para vigência até 04/2025.

| Direitos de uso | 2021 | 2020 |
|--|--------------|----------|
| Saldos apurados dos contratos | 1.493 | - |
| Depreciação do direito de uso | (345) | - |
| Saldos, em R\$ mil | 1.149 | - |
| Obrigações com arrendamentos | 2021 | 2020 |
| Saldos apurados dos contratos | 1.776 | - |
| Ajuste a valor presente | (738) | - |
| Saldos totais, em R\$ mil | 1.038 | - |
| Saldos circulante, em R\$ mil | 401 | - |
| Saldos não circulante, em R\$ mil | 637 | - |

10. Fornecedores

Referem-se a saldos em aberto junto a fornecedores de insumos agrícolas, sendo que parte relevante destas compras encontra-se em estoque, nesta data-base.

Nesta data-base, do total em aberto com fornecedores, R\$ 11.829 mil (US\$ 2.120 mil) são de operações firmadas em Dólar (em 2020, R\$, correspondentes a US\$ 2.120 mil (US\$229 mil e R\$ 1.190 mil em 2020).

Assim como no caso das contas a receber, os efeitos de variação cambial são apropriados em regime de caixa.

| Fornecedores | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| Syngenta Seeds Ltda. | 13.760 | 4.717 |
| Zhongshan Quimica do Brasil Ltda. | 6.246 | - |
| Sumitomo Chemical Brasil Ind. Quím. S/A | 5.775 | - |
| Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. | 2.284 | - |
| Motech Plásticos Ltda. | 2.113 | - |
| Albaugh Agro Brasil Ltda. | 1.080 | - |
| Adama Brasil S/A | - | 7.658 |
| Outros fornecedores | 3.639 | 732 |
| Saldos, em R\$ mil | 34.897 | 13.107 |

| Fornecedores por vencimento | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| A vencer | 33.219 | 13.107 |
| A vencer até 30 dias | 6.272 | 567 |
| A vencer de 31 a 90 dias | 2.113 | - |
| A vencer de 91 a 180 dias | 11.252 | 9.869 |
| A vencer de 181 a 365 dias | 13.582 | 2.671 |
| Vencidos | 1.678 | - |
| Vencidos até 30 dias | 1.598 | - |
| Vencidos de 31 a 90 dias | 71 | - |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 9 | - |
| Saldos, em R\$ mil | 34.897 | 13.107 |

11. Obrigações com cooperados

Compostas integralmente por obrigações com cooperados por ocasião das compras de produção agrícola para revenda ao mercado.

Para esta data base, a totalidade dos saldos em aberto se refere a operações firmadas em moeda nacional.

| Obrigações com cooperados | 2021 | 2020 |
|----------------------------|--------------|------------|
| Sandro Zancanaro | 1.985 | - |
| Célio Zuttion | 1.034 | - |
| Anildo Kurek | 672 | - |
| Marilene Zancanaro Zanella | 34 | 457 |
| Saldos, em R\$ mil | 3.725 | 457 |

| Cooperados por vencimento | 2021 | 2020 |
|----------------------------|--------------|------------|
| A vencer | 1.034 | 457 |
| A vencer até 30 dias | 1.034 | 457 |
| Vencidos | 2.691 | - |
| Vencidos até 30 dias | 2.405 | - |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 253 | - |
| Vencidos de 181 a 365 dias | 33 | - |
| Saldos, em R\$ mil | 3.725 | 457 |

12. Adiantamentos de clientes

O saldo é decorrente de operações com compradores de produtos agrícolas que realizaram adiantamentos à Cooperativa por conta de futuros fornecimentos de produtos. Eventualmente, por questões de trâmites documentais, pode haver encontro de contas pendentes com os saldos mantidos em contas a receber (nota explicativa 5).

| Principais clientes | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|---------------|--------------|
| Anildo Kurek | 3.793 | - |
| Norberto Vicenzi | 2.880 | 1 |
| Strobel S/A Agricultura e Pecuária | 2.254 | - |
| João Toledo de Albuquerque | 2.200 | - |
| Marcelo Leomar Kappes | 1.426 | - |
| Marcos Junior Beck | 1.189 | - |
| Euclecio Luiz Elger | 830 | - |
| Fernando Bianchini | 739 | - |
| Cofco International Cotton Ltda. | - | 1.376 |
| Outros | 2.042 | 2.864 |
| Saldos, em R\$ mil | 17.353 | 4.241 |

13. Patrimônio líquido

Durante 2021, conforme decisão dos cooperados em Assembleia Geral, a Administração exerceu os termos do seu estatuto para exclusão dos associados sem movimentação em longa data, visando enxugar o seu quadro social e dar maior foco nas ações conjuntas do seu planejamento estratégico.

Capital social – O capital social da Cooperativa é de R\$ 483 mil, dividido em 483.000 cotas-partes no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), detidas por 208 associados. Em 2020, o capital social era de R\$ 670 mil, cujas quotas eram detidas por 292 associados.

Reservas de sobras – São compostas pela **(i) Reserva legal**, que tem como objetivo reparar eventuais perdas verificadas no exercício social (R\$ 18.755 mil em 2021 e R\$ 6.893 mil em 2020) e pela **(ii) Rates**, destinada a prestação de assistência técnica aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa (R\$ 1.186 mil em 2021 e R\$ 558 mil em 2020).

Destinação de sobras – Conforme previsões legal e estatutária, quando de eventual apuração de sobras estas serão distribuídas à razão de 50% para constituição de Reserva legal, 5% para Reserva de assistência técnica educacional e social (Rates), sendo as sobras remanescentes submetidas à Assembleia para deliberação. Das sobras apuradas em 2020, conforme AGO realizada em 31/03/2021, após as destinações legais e estatutárias, 90% (R\$2.190 mil) foram distribuídas aos cooperados e os 10% restantes foram destinados para patrocinar ações sociais.

14. Ingressos/receitas e dispêndios/custos dos produtos e serviços

A composição da margem bruta decorrente das atividades da Cooperativa é demonstrados no quadro, para ambas as datas-bases destas demonstrações financeiras.

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Ingressos e receitas | 373.478 | 187.664 |
| Vendas de produtos e mercadorias | 349.428 | 177.173 |
| Prestação de serviços | 24.050 | 10.491 |
| (-) Deduções sobre os ingressos | (27.346) | (7.038) |
| (-) Impostos incidentes | (18.387) | (6.352) |
| (-) Devoluções e abatimentos | (8.959) | (686) |
| Ingressos e receitas líquidas | 346.132 | 180.626 |
| Dispêndios e custos | (321.289) | (167.962) |
| Sobras e lucro bruto, em R\$ mil | 24.843 | 12.664 |

Incentivos do Proalba – O Programa de Incentivo à Cultura do Algodão da Bahia – Proalba concede incentivo fiscal para as operações de venda de algodão com incidência de ICMS, onde os débitos apurados são rateados à razão de 50% entre o Estado e o produtor rural. Esta subvenção fiscal não é destacada em reserva específica no patrimônio líquido pois é interpretada como sendo resultado das operações mercantis dos próprios cooperados e não da Cooperativa.

Receitas por intermediação de negócios – Dentro das receitas de prestação de serviços de 2021, estão inclusos R\$ 15,7 milhões referentes a comissões sobre intermediações em compras de insumos, considerados pela Administração como atos cooperados.

15. Dispêndios operacionais

Os **dispêndios e despesas operacionais** da Cooperativa, devidamente apropriados em regime de competência, em suas rubricas mais relevantes, são representados conforme o quadro.

| Dispêndios operacionais | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Pessoal | (5.181) | (4.339) |
| Salários e ordenados | (1.793) | (1.704) |
| PPR | (1.693) | (1.645) |
| INSS | (511) | (465) |
| 13º salário e férias | (401) | (357) |
| FGTS | (197) | (153) |
| Outros dispêndios com pessoal | (586) | (15) |
| Administrativos | (2.115) | (3.683) |
| Depreciação | (491) | (156) |
| Serviços de terceiros | (623) | (497) |
| Seguros | (150) | (124) |
| Energia elétrica | (97) | (66) |
| Aluguéis | - | (452) |
| Outros dispêndios administrativos | (754) | (2.388) |
| Tributários | (131) | (213) |
| Totais, em R\$ mil | (7.427) | (8.235) |

16. Outros ingressos e dispêndios operacionais

Entre estes outros ingressos e dispêndios operacionais da Cooperativa, devidamente apropriados em regime de competência, destacam-se os dividendos recebidos da sua investida CCAB Participações S/A (R\$ 3,9 milhões, em 2021), que receberam o tratamento de ato cooperado.

| Outros ingressos e dispêndios | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Dividendos recebidos | 3.879 | - |
| Outros ingressos operacionais | 247 | 129 |
| Doações, patrocínios e contribuições | (111) | (118) |
| Outros dispêndios operacionais | (652) | (844) |
| Totais, em R\$ mil | 3.363 | (833) |

17. Encargos financeiros líquidos

Os principais efeitos de variação cambial são apurados sobre as operações junto aos saldos de contas a receber, fornecedores e cooperados, sendo que os impactos de resultado (sobra ou perda) são repassados aos cooperados.

| Encargos financeiros líquidos | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|--------------|----------------|
| Ingressos financeiros | 2.560 | 1.126 |
| Variação cambial ativa | 960 | 468 |
| Descontos obtidos | 996 | 233 |
| Rendimentos de aplicações finance | 430 | 196 |
| Multas por atraso | 62 | 217 |
| Outros ingressos financeiros | 113 | 11 |
| Dispêndios financeiros | (758) | (1.040) |
| Variação cambial ativa | (492) | (584) |
| Descontos concedidos | (112) | (177) |
| Despesas bancárias | (16) | (13) |
| Outras dispêndios financeiros | (138) | (265) |
| Totais, em R\$ mil | 1.802 | 86 |

Conforme evidenciado nas respectivas notas explicativas destes ativos e passivos, estas variações cambiais são apropriadas contabilmente ao resultado em regime de caixa, quando da liquidação de cada operação.

18. Provisão para contingências

Conforme análises da Administração, eventuais processos de ordem fiscal, trabalhista e cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos da Cooperativa, não demandam passivos a serem provisionados ou mesmo divulgados nestas demonstrações financeiras.

19. Cobertura de seguros

A Cooperativa mantém apólices de seguros que garantem adequadamente os seus ativos quanto a eventuais riscos e outras responsabilidades perante terceiros, anualmente renovados.

Os estoques de insumos dos cooperados são mantidos e administrados fisicamente em armazém próprio, sendo cobertos por apólices de seguros. O escopo de análise dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

20. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A gestão de **riscos corporativos** insere-se no compromisso da Cooperativa de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecido no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da Alta Administração da Cooperativa. A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito: É o risco de a Cooperativa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Cooperativa. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme quadro ao lado. Não há perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado, uma vez que a totalidade dos ativos é de responsabilidade solidária dos cooperados. Os saldos de bancos e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito.

| Ativos | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 14.061 | 7.585 |
| Contas a receber | 1.062 | 1.194 |
| Créditos com cooperados | 16.889 | 2.495 |
| Outros créditos | 531 | 524 |
| Saldos, em R\$ mil | 32.543 | 11.798 |
| Movimentação da PCLD | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial | (320) | (326) |
| Reversões | - | 18 |
| Constituição de provisão | (81) | (12) |
| Saldos, em R\$ mil | (401) | (320) |

b) Risco de liquidez: É o risco de que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa. A Cooperativa busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 30 dias. Os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras são dados no quadro, cujos valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

| Passivos financeiros | Contábil | Fluxos de caixa | | |
|---------------------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|
| | 2021 | Até 1 ano | De 1 a 2 anos | Total |
| Obrigações trabalhistas | 760 | 760 | - | 760 |
| Obrigações fiscais | 374 | 374 | - | 374 |
| Fornecedores | 34.897 | 34.897 | - | 34.897 |
| Obrigações com cooperados | 3.725 | 3.725 | - | 3.725 |
| Arrendamentos a pagar | 1.038 | 528 | 1.231 | 1.759 |
| Outras obrigações | 296 | 296 | - | 296 |
| Saldos, em R\$ mil | 43.111 | 40.580 | 1.231 | 41.811 |

A Cooperativa monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do contas a receber e outros créditos em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Via de regra, a realização dos ativos é a fonte de recursos para a liquidação dos passivos, de maneira uniforme.

c) Risco de mercado: É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e de juros e preços, irão afetar os ganhos da Cooperativa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de

risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno das operações da Cooperativa. Entre estes, destacam-se:

c.1) Risco cambial: Considera-se que não há riscos relativos à variação cambial para a Cooperativa, visto que os associados assumem este risco mediante o equilíbrio de moeda das operações contratadas, bem como há o devido repasse dos efeitos cambiais quando de sua liquidação.

| Instrumentos financeiros | 2021 | | |
|--|-----------|-----------|------------|
| | US\$ mil | Ptax | R\$ mil |
| Contas a receber | 177 | 5,5799 | 988 |
| Contas a receber de cooperados | 1.994 | 5,5799 | 11.126 |
| Fornecedores | (2.120) | 5,5799 | (11.829) |
| Exposição líquida, US\$ mil e R\$ mil | 51 | 17 | 285 |

Análise de sensibilidade: Uma valorização (ou desvalorização) razoavelmente possível da cotação do câmbio em 31 de dezembro, teria afetado a apresentação dos instrumentos financeiros e afetado o patrimônio e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

| Análise de sensibilidade | 2021 | | | | |
|--------------------------------|--------------|-------------|------------|------------|------------|
| | Desv. 50% | Desv. 25% | Atual | Valor. 25% | Valor. 50% |
| Contas a receber | (494) | (247) | 988 | 247 | 494 |
| Contas a receber de cooperados | (5.563) | (2.782) | 11.126 | 2.782 | 5.563 |
| Fornecedores | 5.915 | 2.957 | (11.829) | (2.957) | (5.915) |
| Impacto, R\$ mil | (142) | (72) | 285 | 72 | 142 |

c.2) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Cooperativa incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesta data base, a Cooperativa não possui operações de empréstimos e financiamentos, não demandando análise acerca deste risco.

Luís Eduardo Magalhães/BA, 15 de março de 2022.

Marcelo Leomar Kappes
Presidente

Celestino Zanella
Diretor Vice-Presidente

André de Oliveira
Diretor executivo
Contador, CRC/RS 072417/O-3 T-BA

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA COOPERFARMS - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA CNPJ: 10.333.574/0001-35 NIRE 29400035884, endereço a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Bairro Jardim das Acácias 3ª Etapa na cidade de Luís Eduardo Magalhães – BA – 47.850-000.

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, em cumprimento ao que determina o artigo 69, letra “k” da 3ª Consolidação do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas do Conselho Administrativo, Parecer da Prado Suzuki & Associados S/S, atos do Conselho de Administração pertinentes ao exercício, bem como os demais movimentos, registros e documentos inerentes as funções do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo assim somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa em 31 de dezembro de 2021, merecendo assim nossa recomendação favorável à Assembléia Geral para a sua aprovação.

Luis Eduardo Magalhães, 30 de março de 2022.

Claudio Cardoso

Camila F.Vicenzi Marchezan

Ivanir S. Pradella